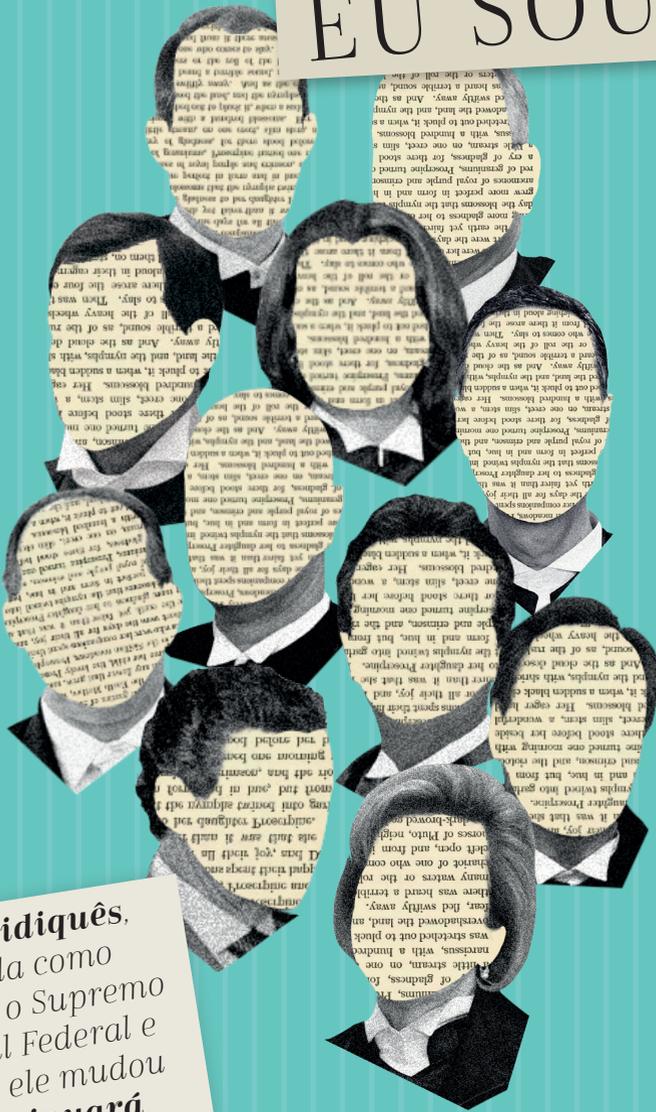


EDILSON VITORELLI

qual ministro

EU SOU?



Sem jurídiquês,
entenda como
funciona o Supremo
Tribunal Federal e
por que ele mudou
(e continuará
mudando) a sua vida



editora
D'PLÁCIDO

qual ministro

EU SOU?

EDILSON VITORELLI

qual ministro

EU SOU?

Sem juridiquês,
entenda como
funciona o Supremo
Tribunal Federal e
por que ele mudou
**(e continuará
mudando)** a sua vida



Copyright © 2019, D'Plácido Editora.
Copyright © 2019, Edilson Vitorelli.

Editor Chefe
Plácido Arraes

Produtor Editorial
Tales Leon de Marco

Capa, projeto gráfico
Leticia Robini
(Imagens retiradas de portal.stf.jus.br)

Diagramação
Enzo Zaquieu Prates

Editora D'Plácido
Av. Brasil, 1843, Savassi
Belo Horizonte – MG
Tel.: 31 3261 2801
CEP 30140-007



WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Todos os direitos reservados.
Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida,
por quaisquer meios, sem a autorização prévia
do Grupo D'Plácido.

Catlogação na Publicação (CIP) Ficha catalográfica

VITORELLI, Edilson.
Qual Ministro eu sou? Entenda, sem juridiquês, mas com profundidade,
como funciona o Supremo Tribunal Federal e por que ele mudou (e continuará
mudando) a sua vida -- Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2019.
210 p.
ISBN: 978-85-60519-74-3
1. Direito. 2. Direito. I. Título.
CDD340 CDU34

GRUPO
D'PLÁCIDO



*
Rodapé





Agradecimentos

Assim como eu, este livro veio ao mundo em um mês de março, mês da mulher, ajudado por diversas mulheres. Minha esposa Fabiana, primeira leitora de todos os meus trabalhos há 15 anos, estava a postos para ler e corrigir minuciosamente também este. Victória Nasser auxiliou na pesquisa e organização dos casos que compõem o penúltimo capítulo. Ana Carolina Caputo forneceu-me uma visão de leitora especializada, que há anos atua no STF. Minha mãe, Neyde e, especialmente, minha irmã, Karolina, foram as primeiras leitoras que não entendem juridiquês e que deram o aval de que a obra era compreensível ao público para o qual ela se destina.

Escrever para todos é o sonho de qualquer autor. A todas vocês, minha homenagem e minha gratidão por terem ajudado-me a discutir o STF não só com os juristas, mas com o Brasil.



Sumário

<i>Apresentação</i>	13
<i>Introdução</i>	15
<i>I. Por que isso está acontecendo?</i>	
<i>Onde foi parar a lei?</i>	19
1.1. Por que o STF está mudando a sua vida?.....	19
1.2. A ideia original de lei.....	19
1.3. O mundo é complexo demais para a lei.....	20
1.4. Solução 1: normas gerais.....	21
1.5. Solução 2: princípios jurídicos.....	22
1.6. O legislador não poderia trabalhar um pouco mais e criar leis para tudo? O problema da interpretação.....	24
1.7. Não ter leis para todos os casos é mesmo um problema?	25
1.8. Quando eu digo que o Poder Judiciário é chamado para resolver tudo, eu quero mesmo dizer tudo.....	27
1.8.1. Como funciona a justiça brasileira?.....	27
1.9. O que é a Constituição e o que o Supremo tem a ver com ela?.....	31
1.9.1. A hierarquia das leis.....	31
1.9.2. História das constituições brasileiras em uma casca de noz.....	31
1.9.3. É possível mudar a Constituição?.....	32
1.9.4. O Supremo Tribunal Federal como guardião da Constituição	33

1.10. Se só alguns casos são importantes, por que tantos são julgados? O Supremo e a Constituição.....	34
1.10.1. Se só alguns casos são importantes, por que tantos são julgados? A volta dos princípios	35
1.10.2. Então a solução seria impedir que os casos cheguem ao Supremo?.....	36
1.10.3. E não seria possível filtrar esses recursos de algum jeito?.....	36
1.11. E por que se recorre tanto?.....	38
1.12. Recorrer garante uma decisão melhor? O que o Supremo diz é o certo?.....	40
1.13. Conclusão: onde foi parar a lei?.....	41
2. Um pouco de história: como surgiu o STF e como ele chegou até aqui.....	43
2.1. O Poder Judiciário no período colonial.....	43
2.2. O Poder Judiciário imperial	43
2.3. O Supremo Tribunal Federal republicano.....	44
2.4. Algumas curiosidades do e sobre o STF.....	46
3. Como funciona o Supremo Tribunal Federal.....	51
3.1. Introdução.....	51
3.2. Como o STF se organiza?.....	51
3.3. A atuação do STF em processos de competência originária.....	52
3.3.1. Ações diretas de inconstitucionalidade, ações declaratórias de constitucionalidade e arguição de descumprimento de preceito fundamental.....	52
3.3.2. O foro privilegiado.....	55
3.4. A atuação do Supremo Tribunal Federal no julgamento de recursos: o recurso extraordinário.....	58
3.5. A edição de súmulas vinculantes.....	59
3.6. O julgamento de <i>habeas corpus</i>	61
3.7. Como o Supremo julga os casos?.....	62

3.7.1. O relator.....	62
3.7.1.1. O relator e as liminares.....	63
3.7.1.2. O relator e as prisões provisórias.....	65
3.7.1.3. O relator e as provas.....	66
3.7.1.4. O relator e a liberação do processo para julgamento.....	66
3.7.1.5. O relator e o julgamento do caso.....	67
3.7.1.6. Em alguns casos, o relator pode julgar o caso sozinho ou pedir que ele seja julgado pelo plenário.....	69
3.7.2. O Presidente do Supremo Tribunal Federal	71
3.7.2.1. O Presidente e a gestão administrativa.....	72
3.7.2.2. O Presidente do STF e as decisões urgentes.....	72
3.7.2.3. A definição da pauta do plenário.....	74
3.7.2.4. O presidente do STF como presidente da República.....	74
3.7.2.5. O presidente do STF como presidente do CNJ.....	75
3.7.2.6. O presidente e o voto de desempate.....	77
3.7.3. O Plenário do STF.....	78
3.7.4. As turmas do STF.....	79
3.7.5. Os pedidos de vista.....	79
3.7.5.1. O Supremo e as 11 ilhas: como são escritos os votos dos ministros.....	81
3.7.5.2. O timing da conclusão do julgamento.....	82
3.7.5.3. As 11 ilhas na imprensa.....	84
3.8. Como eu fico livre de um ministro?.....	85
3.9. O Ministério Público e o STF.....	87
3.9.1. O perfil institucional do Ministério Público.....	87
3.9.2. A organização do Ministério Público brasileiro.....	88
3.9.2.1. O Procurador-Geral da República.....	89
3.9.2.2. O Procurador-Geral da República no STF.....	90
3.9.2.3. O poder do PGR.....	91
3.10. Um último personagem: o Ministro da Justiça	92

3.11. O STF e a crítica pública.....	93
3.11.1. O crítico anônimo.....	94
3.11.2. O “jurista” que não leu o processo	95
3.11.3. O envenenamento da fonte.....	96

4. Quem são os atuais ministros do supremo tribunal federal?..... 99

4.1. Introdução.....	99
4.2. Como alguém se torna ministro do STF?.....	100
4.3. Os ministros nas turmas.....	101
4.3.1. Alexandre de Moraes	102
4.3.2. Cármen Lúcia.....	103
4.3.3. Celso de Mello.....	106
4.3.4. Dias Toffoli.....	107
4.3.5. Edson Fachin.....	109
4.3.6. Gilmar Mendes.....	110
4.3.7. Luiz Fux.....	113
4.3.8. Marco Aurélio Mello.....	114
4.3.9. Ricardo Lewandowski.....	115
4.3.10. Roberto Barroso.....	117
4.3.11. Rosa Weber.....	118

5. Como o Supremo Tribunal Federal mudou a sua vida?..... 121

5.1. Introdução.....	121
----------------------	-----

Casos 123

Caso 1	Operação “Lava-Jato”.....	125
Caso 2	Restrição do foro por prerrogativa de função (“foro privilegiado”).....	129
Caso 3	Prisão após o julgamento em 2ª instância.....	133
Caso 4	Cotas raciais em vestibulares e em concursos públicos.....	139

Caso 5	Vaquejada.....	143
Caso 6	Responsabilidade dos estacionamentos privados.....	147
Caso 7	Paternidade socioafetiva e responsabilidade do pai biológico.....	151
Caso 8	Mudança no registro de pessoas transgênero.....	155
Caso 9	Informações nutricionais em embalagens de alimentos.....	159
Caso 10	Indenização para os presos em condições degradantes.....	163
Caso 11	Fornecimento de medicamentos pelo Estado.....	167
Caso 12	Ensino religioso nas escolas.....	171
Caso 13	Universidades públicas cobrarem por cursos de especialização.....	177
Caso 14	Desapontação.....	181
Caso 15	Corte de ponto de servidor público em greve.....	185
Caso 16	Utilização de amianto como matéria-prima.....	191
Caso 17	Homeschooling.....	195

6. Conclusão Como o Supremo Tribunal

Federal vai mudar a sua vida no futuro?.....199

6.1. O futuro do Poder Judiciário.....	199
6.1.1. A crise do combate à corrupção.....	200
6.1.2. A crise da morosidade e da quantidade de processos.....	201
6.1.3. A crise do governo.....	202
6.1.4. A crise da coerência.....	202
6.2. Em que assuntos o STF ainda vai mudar a sua vida.....	203
6.3. Balanço final: como anda o Judiciário brasileiro?.....	205

7. Qual Ministro eu sou?.....209



Apresentação

Em abril de 2018, a Revista Veja lançou na internet um inusitado quiz. Esse tipo de jogo de perguntas e respostas não é nenhuma novidade. Você responde algumas perguntas e o resultado retorna qual Vingador você é, qual personagem de Downton Abbey, qual ator ou atriz de novela e assim por diante. Entretenimento para o dia-a-dia.

O inusitado do questionário da Veja era o tema: qual Ministro do Supremo Tribunal Federal você é. Esse seria um questionário que, em meus tempos de faculdade (início dos anos 2000), não faria sucesso sequer entre os estudantes de Direito. Ninguém sabia (nem eu mesmo) o nome de todos os Ministros do STF. Alguns, mais famosos, sim. Outros, certamente que não. No entanto, em 2018, o questionário foi lançado para o grande público, com boa repercussão. E, mais interessante, o resultado não exhibe apenas com qual Ministro você mais se identifica, mas qual o percentual com o qual você se identifica com cada um deles. E todos são personagens conhecidos.

Esse fenômeno pode ser analisado de várias formas. Há quem o chame de “espetacularização da justiça”. Isso me parece errado. Afinal, se a justiça interfere cada vez mais na vida do cidadão, eu não consigo encontrar uma razão minimamente defensável para sustentar que o cidadão comum não deva saber quem são, o que pensam e como decidem os Ministros do Supremo Tribunal. Pelo contrário. Tomara que esse fenômeno se expanda e o interesse de todos os brasileiros pela justiça cresça cada vez mais. A luz do sol é, já sabia minha mãe, um excelente desinfetante.

Esse fenômeno é, aliás, global. Nos Estados Unidos, o interesse do cidadão pelas atividades da Suprema Corte também é crescente. Uma pesquisa apurou que um fator apontado como relevante na escolha do candidato a presidente eram os critérios que ele utilizaria para indicar juízes para a Suprema Corte. O último indicado de Trump, Neil Gorsuch, foi elogiado por jornalistas pela sua habilidade de escrever de modo acessível e compreensível para o observador comum.

A verdade é que, gostemos ou não, o Supremo Tribunal Federal mudou o Brasil nos últimos anos. Mudou o modo como nós encaramos o Direito e aquilo que podemos esperar do Estado e de nossos concidadãos. E isso é um fenômeno impressionantemente relevante.

O propósito deste livro é permitir que o cidadão comum, não formado em Direito, ou o estudante de direito iniciante, entenda de que modo funciona o Supremo Tribunal Federal, sua história, seus ministros e, sobretudo, suas decisões. De modo simples e direto, mas tecnicamente correto e profundo, pretendo esclarecer as principais decisões do STF nos últimos anos, por que elas foram ou são importantes e o que mudaram nas nossas vidas. A partir disso, podemos ter uma visão, de relance, do que esperar do STF nos próximos anos.

Se várias decisões importantes para a nossa vida são, hoje em dia, tomadas não pelo Legislativo, mas pelo Judiciário, é importante que compreendamos como ele funciona, quem são os seus condutores e de que modo os julgamentos são produzidos.

E, ao final, talvez você decida qual Ministro você é.



Introdução

No final dos anos 1700, dois eventos redesenharam a história do ocidente e fizeram o mundo ser como ele é hoje: a Revolução Francesa, iniciada em 1789, e a independência dos Estados Unidos, que aconteceu em 1775. Embora esses movimentos tenham várias semelhanças e diferenças, bem como várias consequências, uma ideia, comum a ambos, se espalharia rapidamente. A ideia de que o poder deve ser limitado.

Essa noção de limitação de poder, hoje óbvia, era inusitada naquele momento. O mundo vinha do tempo dos grandes reis, pessoas que estenderam seu domínio por todo o globo, que comandavam exércitos gigantescos e que se afirmavam autênticos representantes de Deus na terra. Eles eram, aliás, coroados pelo Papa! Como se poderia imaginar que essas pessoas seriam limitadas?

Tanto os americanos quanto os franceses imaginaram isso e desenharam um sistema para implementar a limitação do poder. A premissa era simples: dividir as principais atividades do governo e atribuí-las a pessoas diferentes. Assim, quando uma delas saísse da linha, a outra poderia dar um passo adiante e reequilibrar a balança. É uma versão um pouco mais sofisticada da solução para o dilema do pedaço de bolo que precisa ser dividido em dois: quem corta, não escolhe com qual pedaço fica, quem escolhe, não corta o bolo.

As atividades escolhidas para serem divididas foram administrar, legislar e julgar. Cada uma delas ficaria com uma pessoa.

O Poder Legislativo é o grupo de pessoas que autenticamente representa o povo. Elas são escolhidas de todos os lugares do país

e, coletivamente, dizem o que pode ou não pode ser feito. Em teoria, esse é o principal poder. É ele que vai dizer tudo aquilo que as pessoas podem fazer, quem pode o que, etc. E fará isso por intermédio da aprovação de leis. Leis nada mais são que textos que dizem o que é proibido ou permitido, bem como as consequências para quem as desrespeitar.

Além de ser limitado pelos demais poderes, a limitação interna do Poder Legislativo é que ele é coletivo. Sem negociação, concessões e formação de maiorias, nada se faz. Um deputado ou senador, isoladamente, não faz verão...

Em segundo lugar, temos o Poder Executivo. O Executivo é o administrador do país. É ele que desempenha todas as atividades que precisam ser executadas para que as leis, que são apenas textos, ganhem vida. O Executivo cumpre aquilo que está na lei, implementa as políticas econômicas, sociais e culturais aprovadas pelo legislador.

A limitação interna do Executivo é a sua incapacidade (em teoria) de criar. Ele só aplica a lei. Só pode fazer aquilo que o legislador expressamente lhe autorizou. No silêncio da lei, ele nada pode fazer.

Finalmente, o Judiciário é o poder que julga os conflitos entre as pessoas. Sempre que alguém discorda de outra pessoa sobre o modo de cumprir a lei, caberá ao Judiciário dizer quem está certo. A ele cabe dar a palavra final em todos os conflitos.

O limite interno do Judiciário é a inércia. Ele só pode julgar os conflitos que alguém lhe apresenta. Se ninguém levar nada para o juiz, ele passará o ano inteiro sem fazer nada. Se as pessoas só levarem bobagens, ele só julgará bobagens. Além disso, o segundo limite para o papel do juiz é que, no sistema que vigora no continente europeu e no Brasil, a que chamamos, em inglês, de *Civil Law*, o juiz só resolve os conflitos (em teoria), aplicando a lei. Isso significa que o juiz não vai criar a solução para um caso. Ele vai pegar a solução que já foi dada pela lei e aplicar ao caso que lhe foi apresentado pelas pessoas. A função é (em teoria) quase automática.

Por causa dessas duas limitações internas, um dos gênios que teve a ideia da separação de poderes, o Barão de Montesquieu,

disse que o Judiciário era o poder mais fraquinho de todos. Era um “poder nulo”. Ele não julga o que quer e, quando julga, ele só aplica leis que outros criaram. Qual problema pode ter isso?

Ah, se Montesquieu estivesse aqui para ver isso...

A era do cidadão brasileiro desinteressado pelos rumos do país acabou. Em 2018, as pessoas estavam mais empolgadas com os julgamentos do Supremo Tribunal Federal do que com o (fraco) desempenho da seleção brasileira na Copa do Mundo de futebol. Hoje, todos sabemos quem são Fachin, Gilmar, Rosa, Marco Aurélio, Barroso...

O problema é entender o Supremo. A linguagem que ele utiliza é rebuscada, os rituais e as roupas parecem saídos de alguma novela das seis e as transmissões dos julgamentos parecem não acabar nunca. Será que o povo, que o cidadão comum, não tem direito de entender o que o Supremo faz?

Este livro explica, com linguagem simples, sem “juridiquês”, a história, o funcionamento, o perfil dos ministros, enfim, todo o trabalho do Supremo Tribunal Federal. A simplificação da linguagem não significa, no entanto, falta de profundidade. O STF é radiografado nos seus mínimos detalhes.

Ao final, apresentamos um resumo de 17 casos nos quais o STF mudou profundamente a sua vida nos últimos anos e uma lista daqueles que ainda serão decididos nos próximos tempos. Você vai se surpreender ao ver o quanto o Brasil vem sendo modificado pelo Supremo. **Quem sabe, você até descubra qual ministro você é!**



ISBN 978-85-60519-74-3



9 788560 519743